



MANUAL BÁSICO
DE SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL SACRO



MANUAL BÁSICO

DE SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL SACRO



EXPEDIENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procurador-Geral de Justiça

Alceu José Torres Marques

Corregedor-Geral do Ministério Público

Luiz Antônio Sasdelli

Ouidora do Ministério Público

Ruth Lies Scholte Carvalho

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico

Geraldo Flávio Vasques

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional

Waldemar Antônio de Arimatéia

Chefe de Gabinete

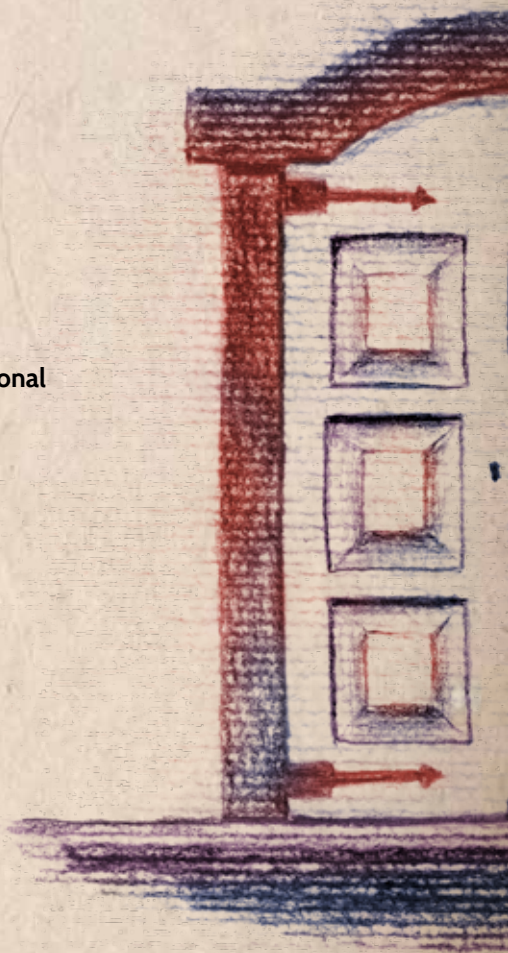
Paulo de Tarso Morais Filho

Secretário-Geral

Roberto Heleno de Castro Júnior

Diretor-Geral

Fernando Antônio Faria Abreu



EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Promotor de Justiça Marcos Paulo de Souza Miranda
Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa
do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais

Andréa Lanna Mendes Novais
Arquiteta Urbanista

Frederico Bianchini Joviano dos Santos
Assessor Jurídico

Paula Carolina Miranda Novais
Historiadora

FICHA TÉCNICA

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA
DIRETORIA DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Coordenação executiva: Giselle Correia Borges
Coordenação técnica: Mônica Espescht
Projeto gráfico: Alessandro Paiva



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. COMISSÃO DOS BENS CULTURAIS DA IGREJA	11
3. SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO	12
3.1 - SUBTRAÇÃO DE BENS CULTURAIS	12
PRINCIPAIS AMEAÇAS	13
SOLUÇÕES	14
SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES	14
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ADEQUADA DO TEMPLO	15
CONTROLE DE CHAVES	16
CONTROLE DE ACESSO AOS BENS	16
INVENTÁRIO DO ACERVO	16
ALARME E CIRCUITOS FECHADOS DE TV	17
ILUMINAÇÃO ADEQUADA	18
SEGURANÇA PRIVADA	19
INTERLOCUÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	19

3.2 - INCÊNDIOS E DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	20
PRINCIPAIS AMEAÇAS	20
MEDIDAS DE PREVENÇÃO	20
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	21
SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	23
4. CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	24
4.1 - A IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	24
4.2 - DANOS MAIS COMUNS E SOLUÇÕES	25
4.3 - CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	33
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
6. ANEXOS	36

De fato, caracteriza o nosso tempo a consciência de que arte, arquitetura, arquivos, bibliotecas, museus, música e teatro sacro não constituem apenas um depósito de obras histórico-artísticas, mas um conjunto de bens dos quais toda a comunidade pode usufruir. A esta luz, é importante como nunca que seja garantida a tutela jurídica deste patrimônio com oportunas orientações e disposições, que tenham em consideração as exigências religiosas, sociais e culturais das populações locais.

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS MEMBROS DA PONTIFÍCIA COMISSÃO
PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA
Sábado, 9 de outubro de 2002

1. INTRODUÇÃO

Este Manual tem por objetivo a apresentação de medidas voltadas para a segurança e conservação de edificações religiosas históricas (igrejas, capelas, mosteiros etc.) existentes em nosso Estado.

Segundo a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (Vaticano, 8 de dezembro de 1999):

A incidência do patrimônio histórico e artístico da Igreja no conjunto dos bens culturais da humanidade é enorme, tanto pela quantidade e variedade das obras como pela qualidade e beleza de muitas delas.

A função cultural e eclesial que, incessantemente, caracteriza os mesmos bens culturais da Igreja representa o melhor apoio para a sua conservação. Para além da «tutela vital» dos bens culturais, é, pois, importante a sua «conservação contextual», uma vez que a valorização deve ser entendida no seu conjunto, sobretudo no que diz respeito aos edifícios sagrados, onde se encontra presente a maior parte do patrimônio histórico e artístico da Igreja. Não se pode, enfim, subestimar a necessidade de manter inalterada, tanto quanto possível, a relação entre os edifícios e as obras aí existentes, em ordem a garantir uma fruição completa e global.

No Brasil, o Decreto Federal 7.107/2010 promulgou o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, no qual ficou estabelecido que:

Art. 6º As Altas Partes reconhecem que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, e continuarão a cooperar para salvaguardar, valorizar e promover a fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da

Igreja Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiásticas, que sejam considerados pelo Brasil como parte de seu patrimônio cultural e artístico.

§ 1º A República Federativa do Brasil, em atenção ao princípio da cooperação, reconhece que a finalidade própria dos bens eclesiásticos mencionados no caput deste artigo deve ser salvaguardada pelo ordenamento jurídico brasileiro, sem prejuízo de outras finalidades que possam surgir da sua natureza cultural.

§ 2º A Igreja Católica, ciente do valor do seu patrimônio cultural, compromete-se a facilitar o acesso a ele para todos os que o queiram conhecer e estudar, salvaguardadas as suas finalidades religiosas e as exigências de sua proteção e da tutela dos arquivos.

Art. 7º A República Federativa do Brasil assegura, nos termos do seu ordenamento jurídico, as medidas necessárias para garantir a proteção dos lugares de culto da Igreja Católica e de suas liturgias, símbolos, imagens e objetos culturais, contra toda forma de violação, desrespeito e uso ilegítimo.

§ 1º Nenhum edifício, dependência ou objeto afeto ao culto católico, observada a função social da propriedade e a legislação, pode ser demolido, ocupado, transportado, sujeito a obras ou destinado pelo Estado e entidades públicas a outro fim, salvo por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos termos da Constituição brasileira.

Nesse cenário, a iniciativa do presente **Manual Básico de Segurança e Conservação do Patrimônio Cultural Sacro** faz-se necessária em função de Minas Gerais deter grande número de bens dessa natureza, mas que, não raras vezes, são objeto de intervenções indevidas, ficam expostos ao abandono ou se tornam alvo da ação de meliantes que

subtraem peças sacras do seu acervo para alimentar o comércio clandestino de bens culturais, responsável pelo desaparecimento de verdadeiros tesouros que ajudavam a compreender melhor os aspectos históricos culturais da nossa terra.

Dessa forma, espera-se que este Manual seja capaz de fornecer orientações práticas para a implementação de medidas que visam a segurança e a conservação de bens culturais sacros, uma vez que, conforme determina a Constituição Federal de 1988 (art. 216, § 1º), zelar pela conservação, proteção, preservação e promoção desse valioso patrimônio é função do Poder Público e da própria sociedade.

2. COMISSÃO DOS BENS CULTURAIS DA IGREJA

Toda diocese deve possuir uma comissão responsável pela conservação e restauro dos bens culturais da Igreja, devendo realizar análise prévia dos projetos de construção, modificação e restauro das edificações e seus acervos.

Nas paróquias que contam com acervo de maior relevo, também podem ser criadas comissões locais.

A comissão deve ser constituída preferencialmente de arquitetos, historiadores, artistas, engenheiros e outros especialistas, ficando encarregada de:

- fazer o inventário dos monumentos histórico-artísticos da diocese;
- exigir das paróquias, capelas, igrejas de ordens religiosas e de irmandades que façam o livro de tombo de todos os bens históricos e artísticos das respectivas igrejas;
- exercer vigilância sobre conservação e restauração dos bens da igreja, adotando as medidas emergenciais para se evitarem danos;
- prever, se necessário, a criação de um museu diocesano com os objetos que estão fora de uso;

- consultar o órgão nacional, estadual ou municipal de proteção ao patrimônio histórico e artístico, no caso de monumento protegido, em respeito às leis do país;
- apreciar e dar parecer sobre projetos de construções, ampliação e modificações, para aprovação pelo Bispo;
- promover o gosto e o sentido artístico do clero e do povo de Deus por meio de cursos, conferências e diretivas diocesanas, como também de exposições, encontros e simpósios;
- estudar e baixar normas relativas à preservação e conservação dos bens de caráter documental e bibliográfico;
- incentivar a organização dos arquivos históricos das paróquias e da Cúria.

Outro papel fundamental da Comissão de Bens Culturais é fazer a integração entre a Igreja e os demais atores envolvidos com a preservação do patrimônio cultural (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA –, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, faculdades, polícias, organizações não governamentais – ONGs), pois os desafios da preservação e manutenção dos bens culturais são muitos, e somente com o envolvimento de todos é que resultados mais positivos poderão ser alcançados.

3. SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO

3.1 - SUBTRAÇÃO DE BENS CULTURAIIS

O patrimônio cultural sacro brasileiro vem sendo atingido pela atuação de vândalos e meliantes que ora envidam atentados contra esses bens, ora dilapidam seus elementos.

No que diz respeito à subtração de bens culturais, já no século XVIII encontramos registros de furtos cometidos em igrejas e capelas de Minas Gerais, sendo alvos

preferenciais à época objetos de ouro e prata (cobiçados exatamente em função do valor econômico do material).

A partir do século XX, com a valorização do chamado barroco mineiro, os bens móveis e integrados, especialmente as imagens devocionais, adquiriram o caráter de obra de arte, tornando-se objeto de desejo de colecionadores e comerciantes de antiguidades.

Atualmente, qualquer peça ou elemento de um templo religioso configura-se como alvo em potencial.

A subtração de peças sacras movimenta um comércio ilegal cujos prejuízos são incalculáveis para o patrimônio cultural de Minas Gerais, que, segundo estatísticas, já perdeu 60% de seu acervo.

Nos tempos atuais, esse tipo de criminalidade continua sendo praticada em solo mineiro com requintes de audácia e sofisticação, o que constitui uma ameaça constante.

Por isso, a preocupação com a prevenção de subtrações dessa natureza deve ser permanente.

A conduta preventiva deve ser exercitada a todo o momento, pois assim estaremos evitando que acontecimentos desagradáveis aconteçam em nosso dia a dia.

Vejamos a seguir quais as principais ameaças.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

- Vigilância do templo inexistente ou insuficiente;
- Despreocupação com circulação de pessoas desconhecidas durante a realização de obras de construção civil;
- Troca de livre vontade de peças antigas por peças modernas;

- Obras de realização de restauro sem consulta prévia a especialistas e à Igreja;
- Acondicionamento de peças nas casas de paroquianos que se oferecem voluntariamente para abrigar esses bens durante situações excepcionais (obras, acidentes no imóvel) sem qualquer registro escrito dessa transação.

CUIDADO!

- Os furtos noturnos, com arrombamento de portas e janelas, são muito frequentes.
- É comum ladrões entrarem na igreja enquanto ela está aberta ao público, esconderem-se no interior de confessionários, torres sineiras, entre outros locais, e permanecerem nessa situação até o templo ser desocupado, ficando com o caminho livre para furtar.
- Pessoas mal intencionadas se fazem passar por restauradores. Elas levam as peças e, argumentando terem concluído o suposto trabalho, devolvem uma cópia e ficam com a original.

O MELHOR É PREVENIR!

A população local deve ficar atenta à presença de visitantes e turistas desconhecidos, principalmente se estiverem em carros com placas de outras localidades. É importante que se registrem os nomes dos visitantes e os números das placas dos veículos.

Em caso de atitudes suspeitas, acione a Polícia Militar pelo número 190.

SOLUÇÕES

> SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

A maior parte dos templos religiosos não apresenta condições ideais de segurança física. Não basta instalar equipamentos se a edificação for vulnerável à intrusão ou ao sinistro.

São necessárias outras medidas de reforço de segurança tais como:

- as portas e janelas devem estar sólidas e com dobradiças e ferragens em bom estado de conservação;
- não é aconselhável a abertura diária de diversos vãos que facilitem o lançamento de peças para fora da edificação. Devem ser abertos apenas aqueles necessários para uma perfeita iluminação e ventilação;
- o acesso para visitação deverá se restringir à porta principal, preferencialmente;
- durante a noite todas as portas externas, inclusive as entradas secundárias, devem ser bem trancadas;
- o acesso pelas torres sineiras também é comum, o que exige reforço de atenção e ações de prevenção contra esse tipo de ocorrência;
- rondas nos espaços internos em busca de pessoas mal intencionadas escondidas devem ser realizadas antes do fechamento do templo;
- também é importante promover a segurança na parte externa da edificação, pois, se o entorno for vulnerável, o imóvel estará mais exposto a riscos. Para isso, sugere-se uma boa iluminação externa.

> ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ADEQUADA DO TEMPLO

Assim como nós administramos nossas casas, tomando cuidados para que não sejamos vítimas de assaltos, furtos etc., os administradores e gestores das igrejas e capelas (p rocos, sacrist es, zeladores, irmandades) precisam adotar providências para que o patrimônio cultural sacro seja bem cuidado, evitando o cometimento de falhas que possam colocá-lo em risco.

Vejamos abaixo algumas medidas essenciais:

>> Controle das chaves

- Deverá existir um responsável pelas chaves (pároco ou paroquiano).
- Deve-se ter conhecimento de todas as chaves existentes e com quem elas estão.
- Recomenda-se a troca dos segredos caso alguma chave seja perdida.

>> Controle de acesso aos bens

- Objetos fáceis de serem transportados não devem ser colocados junto a portas e janelas.
- Durante a realização de ações de conservação, os objetos de valor devem ser guardados e protegidos de forma adequada. Os operários devem estar identificados, e todas as medidas de segurança devem ser reforçadas.
- Quando houver necessidade de guardar um bem na casa de paroquianos, é importante que esse fato seja registrado. Recomenda-se assinar um termo de responsabilidade para tanto.
- Deve ser feito o controle dos visitantes por intermédio de identificação pessoal, em livro próprio (nome, RG, entre outras informações necessárias).
- Disponibilizar guarda-volumes onde os visitantes poderão deixar seus casacos e bolsas, reduzindo a possibilidade de objetos serem removidos e escondidos.
- Não permitir filmagem ou fotografia no interior da igreja (muitos meliantes se passam por turistas e fotografam as peças para oferecê-las a receptadores).

>> Inventário do acervo

O inventário dos bens culturais é instrumento de suma importância para facilitar a recuperação de bens sacros furtados.

Este documento deve conter informações básicas como o nome do templo/edifício, município/localidade, designação da peça, material, medidas, localização

da peça dentro do templo, estado de conservação, entre outras. Destaca-se a grande importância de um amplo levantamento fotográfico que contemple o maior número possível de detalhes do bem inventariado.

Na ausência de uma equipe técnica com especialistas de várias áreas e de recursos para elaboração de um inventário complexo, deve-se realizar um pré-inventário que pode ser definido como um levantamento de informações simplificado. Por ter um formato sucinto, fica pronto mais rapidamente, servindo de base para inventários futuros, pois poderá fornecer elementos para verificação de casos mais graves de deterioração que precisam ser resolvidos com maior agilidade. Esse pré-inventário também configura-se como relevante fonte de informação sobre os bens culturais no caso de furto ou roubo.

Durante o processo de inventário, não devem ser utilizados materiais como fitas colantes, clips, elástico, pois eles podem danificar os bens culturais.

> ALARMES E CIRCUITOS FECHADOS DE TV

As edificações religiosas requerem um enfoque especial em segurança, uma vez que o acervo existente no interior delas não pode ser removido e guardado quando o edifício é fechado. Além disso, esses espaços ficam abertos ao público para visitação, permitindo a um “potencial criminoso” fazer o reconhecimento completo do local antes da ação do furto.

Dessa forma, torna-se necessário dificultar sua ocorrência por meio da eliminação das vulnerabilidades, principalmente relacionadas ao acesso indesejado ao edifício e ao acervo exposto ou armazenado.

Hoje há muitas tecnologias que oferecem proteção extra, como os alarmes e circuitos fechados de televisão (CFTV).

Um eficiente sistema de alarme para detecção de presença e/ou movimento se constitui num substancial obstáculo e ameaça de insucesso para o possível infrator, pois este preferirá sempre o alvo mais fácil, que lhe ofereça o menor número de barreiras e a menor resistência possível.

Seu custo é relativamente baixo, e os equipamentos instalados podem prontamente identificar uma intrusão num edifício e gerar uma mensagem à polícia ou responsáveis pelo monitoramento do local para que as providências sejam tomadas. As gravações geradas auxiliam nas investigações posteriores aos incidentes, no controle de entrada e no fornecimento de informações gerais que contribuem para o gerenciamento do edifício, entre outras vantagens.

É necessária uma correta especificação da câmera a ser utilizada, uma vez que, para uma completa eficácia do sistema, é necessário o monitoramento por 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, e um equipamento que possibilite o registro de imagens à noite e em dias com pouca luminosidade.

A implantação desses equipamentos deve respeitar o bem cultural, sendo instalados em locais discretos, de forma reversível, sem grandes interferências na edificação.

> ILUMINAÇÃO ADEQUADA

A iluminação externa das edificações religiosas, além de valorizar as fachadas, promove maior segurança, pois revela a presença de intrusos e intimida a ação destes.

De acordo com a Resolução ANEEL 414/2010, a iluminação de fachadas e monumentos de valor cultural é considerada iluminação pública. Portanto, não haverá custo adicional para a igreja na conta mensal de energia elétrica.

O projeto de iluminação de fachada deverá ser elaborado por profissional habilitado, que desenvolverá uma proposta buscando realçar as características da edificação

que ele pretende destacar, além de conferir maior luminosidade para o entorno do bem cultural. Esse profissional também especificará os tipos adequados de luminárias/projetores e de lâmpadas, que devem ter vida útil prolongada e baixo consumo.

A instalação dos projetores não deverá interferir nas características da edificação, devendo ser instalados em locais de pouca visibilidade e com pouca ou nenhuma intervenção nos elementos originais do templo.

> SEGURANÇA PRIVADA

É importante considerar que grande parte da proteção eletrônica de edifícios não opera durante o horário de funcionamento, quando é permitida a entrada do público. Nesse período, a segurança depende daqueles que colaboram para a manutenção do templo religioso, principalmente porque a Polícia Militar não tem condições de manter vigilância permanente sobre todos os bens culturais.

Assim, colaboradores que sejam confiáveis e bem treinados podem ser uma boa opção.

A segurança privada é controlada pelo Ministério da Justiça e operacionalizada pelo Departamento de Polícia Federal. Ao contratar uma empresa de segurança patrimonial, deve-se verificar se ela é autorizada pela Polícia Federal e ainda fazer um levantamento junto aos clientes para verificar a eficiência do serviço.

CUIDADO! Não contrate empresas de segurança consideradas clandestinas, que admitem “vigilantes” sem habilitação e sem escolaridade e ainda que não pesquisam antecedentes criminais.

> INTERLOCUÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Os responsáveis pela administração das edificações religiosas devem buscar

permanente interlocução com os órgãos de segurança pública, como Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros Militar, para aumentar o nível de proteção do patrimônio sacro.

3.2 - INCÊNDIOS E DESCARGAS ATMOSFÉRICAS

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O fogo é responsável por um grande número de acidentes com perdas materiais e humanas.

A arquitetura mineira possui características que a tornam particularmente vulnerável a incêndios, e muitos materiais empregados, como a madeira, são altamente combustíveis. Por isso, prevenir é a melhor forma de evitar um acidente.

Jamais pense que incêndios acontecem só com os outros.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Dicas para evitar incêndios:

- aloque toda fiação elétrica dentro de eletrodutos;
- não instale diretamente sobre material combustível (madeira, por exemplo), ou em suas proximidades, nenhum equipamento que produza calor (lâmpada, aquecedor, reator, entre outros);
- não ligue vários equipamentos em uma mesma tomada e evite o uso de tomadas tipo “T” ou filtros de linha;
- não permita que fios elétricos cruzem a passagem, pois, ao serem pisados, terão a capa protetora comprometida;
- verifique a existência de vazamentos de água que possam atingir a instalação elétrica, provocando curtos-circuitos. Caso encontre, providencie o reparo;

- substitua a fiação e demais componentes elétricos que estiverem danificados, emendados, descobertos e envelhecidos;
- não faça ligações provisórias nem mantenha fios desencapados;
- na ocorrência de constantes desligamentos de disjuntores ou aquecimentos dos componentes elétricos, chame um técnico qualificado;
- não permita fumar no interior do templo religioso;
- realize limpeza e remoção de materiais inflamáveis do interior da igreja;
- nunca deixe velas acesas sem vigilância ou proteção adequada, nem durante o dia nem à noite;
- ao término do expediente, desligue todos os equipamentos elétricos das tomadas;
- não faça estoque de botijões de gás. Estes devem ser utilizados sempre na vertical, instalados em local ventilado, protegido do sol, chuva e umidade, longe de produtos inflamáveis, de fontes de calor e faíscas;
- use sempre mangueiras e registros com a inscrição do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), respeitando os prazos de validade;
- ao entrar em um ambiente e sentir cheiro de gás, não acenda as luzes nem ligue equipamentos elétricos. Desligue a chave geral, abra todas as portas e janelas e verifique se há vazamentos.

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO

Toda edificação religiosa deve contar com projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico e deve implantar os equipamentos necessários como extintores de incêndio e detectores de calor e fumaça.

O projeto deve ser previamente analisado e aprovado pelos órgãos de defesa do patrimônio cultural e pelo Corpo de Bombeiros.

Também é necessária a capacitação do pessoal da igreja de forma que saiba agir no caso de sinistro, utilizar os extintores, bem como o estabelecimento de rondas nos ambientes de forma a evitar a ocorrência dos riscos descritos acima.

No caso de princípio de incêndio, o responsável pela igreja deverá:

- chamar imediatamente o Corpo de Bombeiros discando 193;
- desligar o sistema elétrico do local;
- retirar todas as pessoas presentes;
- iniciar o combate ao fogo utilizando os extintores;
- caso não consiga, abandone o local.

Os extintores devem ser mantidos em local de fácil acesso e visualização, devendo receber manutenção constante para estarem sempre em condições de uso. Há diversos tipos de extintores de acordo com cada classe de incêndio.

Dicas sobre os extintores de incêndio:

- verifique regularmente o estado de conservação do extintor e observe se o ponteiro indicador de pressão permanece na faixa verde, o que indica estar devidamente pressurizado;
- confira se o lacre de inviolabilidade está intacto. É assim que ele deve ficar;
- confira a situação do extintor, que não deve apresentar sinais de oxidação (ferrugem), riscos ou amassamentos. As instruções de operação precisam estar legíveis;
- não teste seu extintor sem recarregá-lo novamente, pois uma pequena descarga poderá acarretar um microvazamento da pressão interna, tornando-o inoperante;
- nunca atire ou deixe um extintor próximo do fogo, mesmo que descarregado. O calor do fogo aumentará a pressão interna do cilindro, podendo causar uma explosão;
- use o extintor somente na vertical, nunca deitado ou de cabeça para baixo;
- jamais descarregue o conteúdo do extintor no rosto de uma pessoa. Mantenha-o fora do alcance das crianças.



Hotel Pilão, em Ouro Preto



Igreja do Carmo, em Mariana

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS

Como as edificações religiosas são locais de uso coletivo, torna-se necessária a instalação de um sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).

Na instalação de um SPDA em um edifício histórico, devem ser observados, além dos requisitos normativos, os interesses e exigências dos órgãos de proteção do patrimônio histórico.

4. CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

4.1 - A IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Em geral, os templos religiosos são edificações antigas. Para cuidar bem de imóveis nessas condições, é preciso conhecer a edificação e as técnicas utilizadas na sua construção, intervindo o mínimo possível, apenas o suficiente para manter a integridade da edificação, para que ela sobreviva ao tempo e permaneça conservada para as futuras gerações.

Para tanto, é preciso que sejam realizadas frequentes inspeções com a finalidade de identificar problemas existentes na construção e solucioná-los, evitando, assim, transtornos com obras de maiores custos no futuro. O empenho das pessoas responsáveis pela edificação é fundamental para a preservação do patrimônio.

A seguir serão descritas algumas orientações que objetivam direcionar as inspeções a serem realizadas no imóvel, a fim de prevenir possíveis problemas caso seja encontrada alguma anormalidade, como também apontar soluções.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- não construa, reforme ou amplie a edificação nem faça nenhuma construção anexa sem orientação e acompanhamento técnico especializado e sem a autorização do órgão de preservação da sua cidade;
- não instale faixas ou cartazes junto à fachada da edificação.

Se, após a leitura destas orientações, ainda persistirem dúvidas, dirija-se ao órgão de preservação de sua cidade, onde, com certeza, encontrará mais orientações e respostas para os problemas técnicos mais complicados.

4.2 - DANOS MAIS COMUNS E SOLUÇÕES

ÁREA EXTERNA

A drenagem eficiente de água e a limpeza do terreno junto à edificação são procedimentos necessários que evitam a umidade. Para tanto, cabe ao responsável verificar:

- se houver acúmulo de água junto à base da construção, a inclinação calçada e/ou do terreno terá que ser corrigida, de modo que fique mais elevada na base da parede, decrescendo no sentido do meio fio;
- em caso de vazamentos, repare e/ou substitua as peças danificadas;
- havendo crescimento de vegetação ou acúmulo de materiais no entorno da igreja, faça a limpeza, inclusive retirando materiais de construção e entulhos.



Acúmulo de água junto à base da edificação
Fonte: Capela Nossa Senhora do Rosário de Rio Vermelho.
Autor: Andréa Lanna - MPMG



Material armazenado junto à edificação
Fonte: Capela Nossa Senhora do Rosário de Rio Vermelho.
Autor: Andréa Lanna - MPMG

ALICERCES E FUNDAÇÕES

São os elementos que dão sustentação às edificações, servindo de base. Normalmente, ficam enterradas.

Na inspeção, verifique:

- apodrecimento das madeiras;
- existência de cupins;
- problemas de recalques (afundamento), que causam trincas nas paredes e podem até provocar seu desmoronamento. Havendo o surgimento de trincas nas paredes, observe se elas estão aumentando ou se estão paralisadas.

Observação: se for verificado algum problema entre os descritos acima, chame um técnico capacitado para colocar escoramentos emergenciais no caso de risco imediato de desmoronamento. Ademais, providencie tratamento, limpeza ou substituição dos elementos com apodrecimento, ataque de cupins ou presença de mofo.



Apodrecimento da estrutura de madeira
Fonte: Igreja Santo Antônio, em Sete Lagoas
Autor: Andréa Lanna - MPMG



Trinca
Fonte: Capela Nossa Senhora do Rosário de Rio Vermelho
Autor: Andréa Lanna - MPMG

COBERTURA

É a parte do edifício que está mais sujeita à ação das intempéries (chuva, sol e vento). Porém, ao mesmo tempo, é a responsável pela proteção de toda a construção.

Na inspeção, verifique:

- a existência de telhas quebradas ou corridas, que devem ser recolocadas no lugar ou substituídas por outras semelhantes de boa qualidade, observando a posição e o encaixe corretos;
- o apodrecimento de partes da estrutura devido à umidade. Após solução da origem da umidade, essas partes devem ser substituídas ou emendas devem ser realizadas utilizando-se madeira adequada para esse fim;
- as calhas, os condutores e os rufos entupidos, que devem ser limpos, fixados corretamente ou substituídos, se necessário;
- a existência de vazamento no reservatório de água. Refaça as impermeabilizações e troque as peças que estiverem danificadas.

Observação importante: as inspeções devem ser realizadas a cada seis meses, antes e depois dos períodos de chuvas e ventos intensos.



Falta de telhas
Fonte: Capela São Francisco de Assis, em Caeté
Autor: Andréa Lanna - MPMG



Danos no beiral
Fonte: Igreja Matriz de Congonhas
Autor: Andréa Lanna - MPMG

PAREDES

São as responsáveis pela vedação e divisão dos ambientes.

Na inspeção, verifique:

- manchas de umidade, fungos, bolor e mofo e trechos com bolhas;
- áreas com reboco descolando;
- descascamento da pintura;
- existência de trincas e fissuras.

Observações importantes:

- após todas as intervenções citadas acima, deve-se resolver o problema da umidade, substituir o reboco danificado e aplicar nova camada de pintura;
- é necessário fazer a cada dois anos inspeções nas paredes externas;
- ao pendurar um quadro, mantenha sempre uma pequena distância entre ele e a superfície da parede, para evitar que ali se formem colônias de mofo e de outros microorganismos;
- ao realizar a pintura das alvenarias, utilize, após terem sido aprovadas pelo órgão de proteção ao patrimônio da cidade, cores e especificações de tintas compatíveis com as características do imóvel.



Descolamento de pintura e bolor
Fonte: Igreja do Rosário, em Piranga
Autor: Andréa Lanna - MPMG



Descolamento de reboco
Fonte: Capela Nossa Senhora do Rosário de Rio Vermelho
Autor: Andréa Lanna - MPMG

PISOS

Na inspeção, verifique:

- peças quebradas ou ausentes, que devem ser substituídas por modelos similares;
- rejuntamento danificado, que deve ser refeito, utilizando o mesmo tipo de argamassa;
- peças soltas, que devem ser reutilizadas se estiverem íntegras;
- presença de cupim. Após combater o inseto, substitua as peças danificadas por outras similares e imunize todo o piso e os barrotes;
- manchas ou apodrecimento de peças devido à umidade. Após solução do problema de umidade, substitua as peças comprometidas por outras similares.

Observações importantes:

- atenção para a qualidade da madeira e dos encaixes, que devem seguir os modelos originais;
- mantenha sempre a originalidade do material do piso em caso de reparos.



Piso de madeira danificado e com presença de cupim
Fonte: Igreja Matriz de Congonhas
Autor: Andréa Lanna - MPMG



Piso em mezanolo danificado
Fonte: projeto de restauração da Capela do Rosário, em Chapada do Norte
Autor: Daniele Gomes

FORROS

Na inspeção, verifique:

- se há manchas de umidade, fungos e mofo com apodrecimento de peças. Após solução do problema de umidade, substitua as peças danificadas por similares;
- verificada a existência de cupim, após combater o inseto, substitua as peças danificadas por outras similares e imunize todas as madeiras;
- em caso de rejuntamento danificado, refaça-o, utilizando o mesmo tipo de argamassa;
- se há descolamento de pintura. Retire a pintura antiga e faça uma nova, utilizando a mesma tonalidade e mesma tecnologia anterior. Se o descolamento ocorrer em pintura decorativa, procure um especialista para evitar a perda total do painel.

Observação importante: os forros da madeira devem ser limpos periodicamente, dependendo das características de cada forro. Em caso de manchas, procure o auxílio de técnico especializado para que não se danifique a pintura.



Forro de madeira com manchas de umidade
Fonte: Igreja do Rosário, em Piranga
Autor: Andréa Lanna - MPMG



Forro com perdas na policromia
Fonte: projeto de restauração da Capela do Rosário de Chapada do Norte
Autor: Daniele Gomes

VÃOS E ESQUADRIAS

Na inspeção:

- após checar a existência de cupim e combater o inseto, substitua as peças danificadas por outras similares ou faça enxerto, imunizando todas as madeiras;
- confira se há manchas de umidade, fungos e mofo com apodrecimento de peças. Após solução do problema de umidade, substitua as peças danificadas por similares;
- confira se existem esquadrias empenadas, que devem ser niveladas e protegidas da ação direta das águas;
- reponha vidros quebrados ou faltantes;
- substitua rejunte faltante no vidro;
- refaça pintura danificada, utilizando preferencialmente a mesma tonalidade e tecnologia já usadas;
- verifique se há oxidação ou perda de elementos das ferragens ou grades. Desmonte a peça, lixe-a, dê um fundo de zarcão e repinte. Peças quebradas que não forem recuperáveis devem ser substituídas por similares de boa qualidade.



Esquadria com descolamento de pintura
Fonte: Igreja do Rosário, em Piranga
Autor: Andréa Lanna - MPMG



Esquadria com emendas
Fonte: Igreja Matriz de Congonhas
Autor: Andréa Lanna - MPMG

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Além das medidas de prevenção a incêndios já citadas nesta cartilha, é necessário:

- Identificar os circuitos que sirvam a cada área da edificação e os disjuntores que os operam. Deixe um esquema junto ao quadro, em local visível, de forma que os circuitos possam ser rapidamente desligados em caso de problemas na instalação;
- nos reparos, sempre utilizar materiais de qualidade que obedeçam aos padrões técnicos estabelecidos pelas normas técnicas, definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- não fazer alterações ou substituições na rede elétrica sem a orientação de um técnico especializado.



Fiação exposta, com emendas, instalada diretamente no elementos de madeira
 Fonte: Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa, em Chapada do Norte
 Autor: Alexandre Novaes - IEPHA-MG



Fiação exposta, com emendas, além de instalação sobrecarregada
 Fonte: Igreja Nossa Senhora da Ajuda, em Congonhas
 Autor: Alexandre Novaes - IEPHA-MG

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

- sempre que ocorrer ruptura de tubulações, entupimentos ou vazamento em juntas e conexões, chame um técnico especializado para executar o conserto;
- não utilize tubulações expostas e consulte o órgão de proteção competente antes de construir novas instalações para evitar descaracterizações na edificação;
- tenha cuidado ao perfurar paredes, evitando perfuração das tubulações;
- tenha cuidado com torneiras abertas, especialmente quando há interrupção do fornecimento de água;
- limpe anualmente os reservatórios subterrâneos e superiores, verificando, nesse momento, a integridade das instalações.

4.3 - CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS

As principais causas de degradação de acervo estão relacionadas à ação de agentes físicos (luz, temperatura, umidade), agentes biológicos (insetos xilófagos, fungos, bactérias e roedores), agentes químicos (poluentes e poeira) e mecânicos (vandalismo).

Temperatura e umidade inadequadas, por exemplo, podem ocasionar o descolamento da camada de policromia ou craquelês na pintura, rachaduras na madeira, alteração de cores, aceleração de processos químicos indesejáveis. No caso de objetos de metal, podem provocar oxidação, corrosão e, em peças de couro, causam oxidação da gordura e perda da pigmentação. Ambientes quentes e úmidos também favorecem o crescimento e proliferação de insetos xilófagos, fungos, bactérias e roedores.

O local de acondicionamento deve apresentar condições que não ofereçam risco ao acervo, sendo observada a presença de rachaduras, goteiras, infiltrações por intermédio de inspeções periódicas.

Nos locais de acondicionamento, também devem ser observadas medidas de prevenção contra insetos xilófagos, fungos, bactérias e roedores. É preciso ter também atenção a fatores de deterioração/degradação causados por agentes químicos e mecânicos.

Destaca-se que cada templo e seu acervo apresentam características específicas.

Nesse sentido, para implementar medidas de conservação mais efetivas, deve-se contatar profissional habilitado na área de conservação. As obras que necessitarem de intervenção de restauro devem ser confiadas a profissionais habilitados na área de restauração.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

GOUVEIA, Antonio Maria Claret. **Análise de riscos de incêndios em sítios históricos**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2006.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. **Anais do seminário preservação: a ética das intervenções**. Belo Horizonte: IEPHA, 1997.

INSTITUTO SUPERIOR DE POLÍCIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS. **Projeto igreja segura - manual básico de segurança**. Coimbra: Gráfica de Coimbra Ltda, 2008.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA DO RIO DE JANEIRO. **Corredor cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no corredor cultural**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.

MENEZES, Ivo Porto. **Bens culturais da igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Manual de conservação preventiva para edificações**. Brasília: Programa Monumenta, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cadernos de encargos**. Brasília: Programa Monumenta, 2005.

NECESSIDADE E URGÊNCIA DA INVENTARIAÇÃO E CATALOGAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA IGREJA. COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. Vaticano, 8 de dezembro de 1999.

SANTOS, Antônio Fernando Batista dos. O tráfico e o comércio ilícito dos objetos sacros. *In: Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural*. O Ministério Público e a proteção do patrimônio cultural. Goiânia: ICBC, 2004. p. 21-30.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

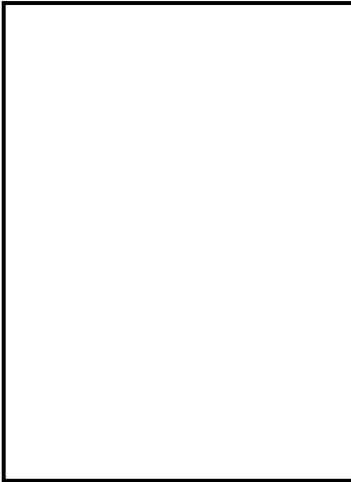
Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries. **Museologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2004.

6. ANEXOS

Modelo de ficha de pré-inventário

FICHA DE PRÉ-INVENTÁRIO

Igreja/Edifício: _____ Ficha de Inventário n.º: _____
Arquidiocese/Diocese: _____
Localidade: _____



VERSO ou PORMENOR importante

FRENTE:
Tipologia: _____
Materiais: _____
Designação/título: _____
Autoria: _____
Dimensões - altura máx: _____ largura máx: _____
Outras medidas: _____
Outras unidades de mensuração: _____
Observações: _____
Localização dentro do recinto: _____
Estado de conservação: _____
Preencheu: _____ Data: _____
Assinatura do responsável: _____

Modelos de placas de sinalização



ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural

Rua Timbiras, 2.941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG

CEP: 30140-062

Telefone: (31) 3250-4620

E-mails: cppc@mp.mg.gov.br

gepcultural@mp.mg.gov.br

Site: www.mp.mg.gov.br

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG

Avenida Álvares Cabral, 1.600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte-MG

CEP: 30170-001

Telefone: 0800-0312732

Site: www.crea-mg.org.br

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais - CAU-MG

Rua Paraíba, 966 - 12º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

Telefone: (31) 2519-0950

Site: <http://www.caumg.org.br/>

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA

Praça da Liberdade s/n.º - Edifício Setop - 4º andar - Belo Horizonte-MG

Telefone: (31) 3235- 2800

Site: www.iepha.mg.gov.br

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Rua Januária, 130 - Centro - Belo Horizonte-MG

CEP: 30110-055

Telefones: (31) 3222-2440 / 3051/ 4426

E-mail: iphan-mg@iphan.gov.br

Site: www.iphan.gov.br

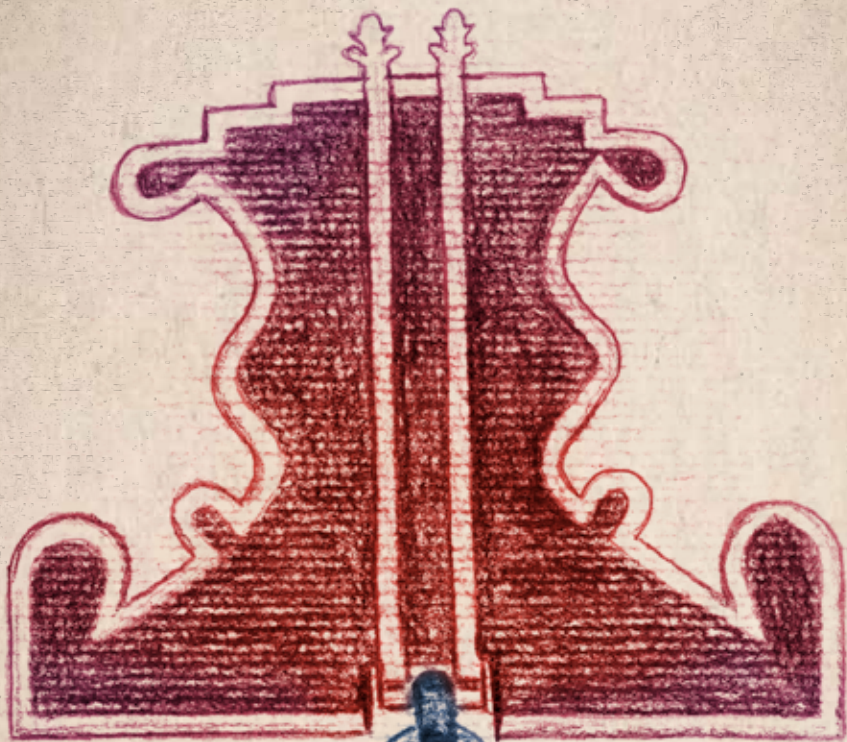
Corpo de Bombeiros

Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143 (Prédio Minas) - 5º andar - Serra Verde - Cidade Administrativa - Belo Horizonte-MG

CEP: 31.630-900

Telefones: (31) 3915-7510 / 3915-7569

Site: www.bombeiros.mg.gov.br



**Promotoria Estadual de Defesa
do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais**

Rua Timbiras, 2.941 - Barro Preto | Belo Horizonte-MG - CEP: 30140-062

Contatos: (31) 3250 4619 e (31) 3250 4620 - cppc@mp.mg.gov.br